

## DISPENSA ELETRÔNICA Nº 02/2025

### AVISO

**CONTRATANTE:**

Câmara de Vereadores de Itajaí – Estado de Santa Catarina

UASG: 926851

**OBJETO:**

Contratação de empresa visando a aquisição de café para utilização na Câmara de Vereadores de Itajaí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, para atender demanda da Câmara de Vereadores de Itajaí/SC.

**VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:**

R\$ 11.196,00 (onze mil cento e noventa e seis reais)

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia **18/02/2025** às **08:00** (horário de Brasília)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

Menor Preço Unitário

**PREFERÊNCIA DE ME/EPP/EQUIPARADAS:**

Sim

**CONSÓRCIO:**

Não

**SUBCONTRATAÇÃO:**

Não



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



## AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 01/2025

Torna-se público que a Câmara de Vereadores de Itajaí por meio da Secretaria de Administração e Finanças, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento (*menor preço unitário*), na hipótese do art. 75, inciso II e §3º, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.

**Data da sessão:** 18/02/2025 - **Horário da Fase de Lances:** das 08h00 às 14h00

**Critério de Julgamento:** Menor Preço Unitário

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Unitário

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

- 1.1. Contratação de empresa visando a aquisição de café para utilização na Câmara de Vereadores de Itajaí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, para atender demanda da Câmara de Vereadores de Itajaí/SC.
- 1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.3. A Contratação ocorrerá conforme tabela abaixo:

Item	Qtde.	Unidade	Especificação
01	400	Unidade	<p><b>Café Tradicional</b></p> <p>Café torrado e moído, constituído de grãos de café tipo 8 COB (Classificação Oficial Brasileira) ou superiores, com no máximo 20% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e/ou ardidos (PVA) = evitando presença de grãos preto-verdes e fermentados.</p> <p><u>Especificações mínimas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de café: 100% arábica;</li> <li>- Aroma: intenso;</li> <li>- Sabor: intenso;</li> <li>- Bebida: dura, isenta de gosto Rio e Rio Zona;</li> <li>- Corpo: encorpado;</li> <li>- Moagem: fina;</li> <li>- Torração: clássica (média);</li> <li>- Nota mínima de Qualidade Global de 4,5 na Escala Sensorial;</li> <li>- Não deve conter glúten;</li> <li>- Embalado à <b>alto vácuo</b> em envoltório metalizado (filme laminado), fechamento hermético e acondicionado <b>individualmente em caixa de papelão bem vedada. Cada caixa com peso líquido de 500g.</b></li> <li>- Deverá ter o Selo de Pureza da ABIC, e os licitantes deverão comprová-la com a apresentação do <b>Certificado de Autorização ao Uso do Selo de Pureza ABIC</b> com <u>validade de 06 (seis) meses</u> e <b>Certificado de Qualidade na</b></li> </ul>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



			<p><b>Categoria Tradicional</b> emitido pela ABIC ou <b>laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% (um por cento) de impurezas, emitido por laboratório credenciado pela ABIC ou pelo Ministério da Saúde/Anvisa</b>, no momento da apresentação da proposta de preços, sob pena de desclassificação, ou fazer indicação de site para consulta/diligência.</p> <p>- O material deverá apresentar <b>validade mínima de 12 (doze) meses, contados da entrega</b> pelo licitante contratado, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem.</p> <p>- Deverá obedecer às seguintes regulamentações:</p> <p>a) Resolução nº 277, de 22/09/2005 da ANVISA;</p> <p>b) Resolução nº SAA-19/10 SSA/SP substitutiva à Resolução SAA-28/07 e SAA-37/01 (que define Norma de Padrões de Qualidade para Café Torrado em Grãos e Torrado Moído – Características: Café tradicional e Ponto de Torra);</p> <p>c) Instrução Normativa nº 08/03 do Ministério da Agricultura.</p>
--	--	--	--



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
Secretaria de Administração e Finanças



PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA

- 1.4. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 1.4.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e no sítio eletrônico da Câmara de Vereadores de Itajaí [www.cvi.sc.gov.br](http://www.cvi.sc.gov.br) no link [licitacoes](#).
- 1.4.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela *web* ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).
- 1.4.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.
- 1.5. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:
  - 1.5.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);
  - 1.5.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 1.5.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:
    - a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
    - b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
    - c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
    - d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
    - e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

1.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

1.5.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

1.5.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

1.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

## **2. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

2.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

2.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

2.2.1. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao quantitativo previsto para contratação.

2.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.

2.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

2.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

- 2.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 2.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 2.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.
- 2.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 2.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 30 (trinta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 2.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 2.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 2.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
  - 2.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
  - 2.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).
  - 2.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 2.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 2.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.](#)

2.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

2.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

2.12.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

2.12.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

2.12.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

### 3. FASE DE LANCES

3.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

3.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

3.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo *valor unitário* do item.

3.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

3.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

3.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de **R\$ 20,00 (vinte reais).**





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



- 3.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
- 3.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 3.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.
- 3.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
  - 3.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

#### **4. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 4.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.
  - 4.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.
  - 4.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.
- 4.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.
- 4.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.
- 4.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.2 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
  - 4.4.1. SICAF;
  - 4.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



- 4.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 4.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 4.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
  - 4.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
  - 4.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
  - 4.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 4.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.
- 4.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 4.8.1. contiver vícios insanáveis;
  - 4.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
  - 4.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 4.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 4.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 4.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
  - 4.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 4.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.
- 4.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



- 4.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 4.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 4.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 5. HABILITAÇÃO

- 5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 5.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
  - 5.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.
  - 5.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 5.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de **02 (duas) horas** sob pena de inabilitação. ([art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021](#)).
- 5.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 5.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 5.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 5.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 5.8. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



5.9. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

5.9.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

5.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **6. CONTRATAÇÃO**

6.1. O Aceite da Nota de Empenho, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

6.1.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.1.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.2. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

6.3. No recebimento da Nota de Empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no [art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021](#), quais sejam:

7.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

7.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

7.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

7.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



- 7.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 7.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 7.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - 7.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 7.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 7.1.12. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 7.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
  - a) Advertência pela falta do subitem 7.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 7.1.1 a 7.1.12;
  - c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 7.1.2 a 7.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 7.1.8 a 7.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#))
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



- 7.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#))
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).
- 7.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):
  - 7.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 7.11. as peculiaridades do caso concreto;
  - 7.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 7.13. os danos que dela provierem para o Contratante;
  - 7.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).
- 7.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))
- 7.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



- 7.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 8.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:
- 8.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
- 8.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
- 8.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
- 8.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
- 8.2. As providências dos subitens 8.1.1 e 8.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).
- 8.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
- 8.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
- 8.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
- 8.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



- 8.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 8.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
- 8.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
- 8.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
- 8.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 8.12.1. ANEXO I – Termo de Referência
- 8.12.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar

Itajaí, 06 de fevereiro de 2025.

**Jefferson Osvaldo Santarém Azevedo**  
 Secretário de Administração e Finanças

**Regina Russi da Silva**  
 Diretora de Licitações, Contratos e Compras





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO:**

- 1.1. O presente objetiva a contratação de empresa visando a aquisição de café para utilização na Câmara de Vereadores de Itajaí, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, para atender demanda da Câmara de Vereadores de Itajaí/SC.

**2. JUSTIFICATIVA**

- 2.1. Referida contratação faz-se necessária tendo em vista a solicitação de rescisão do Contrato nº 16/2024 pelo representante legal da empresa NAKA EXPRESS LTDA., inscrita no CNPJ nº 51.412.036/0001-13, resultante do Processo Licitatório nº 05/2024, Pregão Eletrônico nº 04/2024, cuja execução previa a entrega de 2.000 (duas mil) unidades de café, para o período de 12 (doze) meses.
- 2.2. Desta forma, é necessária a aquisição para suprir necessidade relativa a 90 (noventa) dias, tempo suficiente para processamento de nova licitação, através de Registro de Preços, visando garantir o pronto atendimento das necessidades decorrentes dos serviços administrativos da Câmara de Vereadores de Itajaí.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

**3.1. Quantitativos e Descritivos Técnicos**

ITEM	QUANT.	UN	ESPECIFICAÇÃO
01	400	un	<p><b>Café Tradicional</b></p> <p>Café torrado e moído, constituído de grãos de café tipo 8 COB (Classificação Oficial Brasileira) ou superiores, com no máximo 20% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e/ou ardidos (PVA) = evitando presença de grãos preto-verdes e fermentados.</p> <p><u>Especificações mínimas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de café: 100% arábica;</li> <li>- Aroma: intenso;</li> <li>- Sabor: intenso;</li> <li>- Bebida: dura, isenta de gosto Rio e Rio Zona;</li> <li>- Corpo: encorpado;</li> <li>- Moagem: fina;</li> <li>- Torração: clássica (média);</li> <li>- Nota mínima de Qualidade Global de 4,5 na Escala Sensorial;</li> <li>- Não deve conter glúten;</li> <li>- Embalado à <b>alto vácuo</b> em envoltório metalizado (filme laminado), fechamento hermético e acondicionado <b>individualmente em caixa de papelão bem vedada</b>.</li> </ul> <p><b>Cada caixa com peso líquido de 500g.</b></p> <p>- Deverá ter o Selo de Pureza da ABIC, e os licitantes deverão comprová-la com a apresentação do <b>Certificado de Autorização ao Uso do Selo de Pureza ABIC com validade de 06 (seis) meses</b> e <b>Certificado de Qualidade na Categoria Tradicional</b> emitido pela ABIC ou <b>laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de</b></p>



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



		<p>no máximo 1% (um por cento) de impurezas, emitido por laboratório credenciado pela ABIC ou pelo Ministério da Saúde/Anvisa, no momento da apresentação da proposta de preços, sob pena de desclassificação, ou fazer indicação de site para consulta/diligência.</p> <p>- O material deverá apresentar <b>validade mínima de 12 (doze) meses</b>, <u>contados da entrega</u> pelo licitante contratado, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem.</p> <p>- Deverá obedecer às seguintes regulamentações:</p> <p>a) Resolução nº 277, de 22/09/2005 da ANVISA;</p> <p>b) Resolução nº SAA-19/10 SSA/SP substitutiva à Resolução SAA-28/07 e SAA-37/01 (que define Norma de Padrões de Qualidade para Café Torrado em Grãos e Torrado Moído – Características: Café tradicional e Ponto de Torra);</p> <p>c) Instrução Normativa nº 08/03 do Ministério da Agricultura.</p>
--	--	---

#### 4. DOS PRAZOS/ LOCAL DE ENTREGA

- 4.1. A licitante contratada deverá entregar o objeto do presente termo, em até **10 (dez) dias** corridos após o recebimento da nota de empenho e/ou autorização de pré-empenho.
- 4.2. A entrega deverá ser realizada no Edifício-Sede da Câmara de Vereadores de Itajaí/SC, sito a Avenida Vereador Abrahão João Francisco, 3825 – Ressacada, no Município de Itajaí, Estado de Santa Catarina, no Almoxarifado, localizado no térreo.

#### 5. FORMA DE JULGAMENTO

- 5.1. O julgamento das propostas deverá ser procedido pelo MENOR PREÇO UNITÁRIO.

#### 6. DO RECEBIMENTO

- 6.1. O objeto será recebido provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 6.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em descordo com as especificações constante no Termo de Referência e na proposta, devendo ser executado novamente no prazo de até 2 (dois) dias, a contar da notificação da Câmara de Vereadores de Itajaí, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 6.3. O recebimento definitivo dar-se-à pelo diretor da área requisitante mediante termo detalhado que comprove atendimento das exigências construtuais, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.
- 6.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



- 6.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do artigo 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 6.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Câmara durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de recebimento definitivo.

## 7. DO PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado após a entrega definitiva do objeto deste Termo de Referência, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Fatura emitida em nome da Câmara de Vereadores de Itajaí, devidamente recebida pelo fiscal do contrato com assinatura no verso, dentro de até 05 (cinco) dias úteis.

## 8. DA HABILITAÇÃO

- 8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 8.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.2.2. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>
- 8.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;
- 8.2.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.2.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.2.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



**8.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.3.3. Prova de regularidade como Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

8.3.5. Prova de regularidade com as Fazendas (Estadual/Distrital) e (Municipal/Distrital) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Observação: Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos (Estadual/Distrital) ou (Municipal/Distrital) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

8.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme Lei nº 14.133/2021, artigo 69, *caput*, inciso II;

**9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1. Designar servidor para receber e fiscalizar o contrato oriundo desse processo;

9.2. Aprovar ou não, através do fiscal, a entrega do objeto pela Contratada no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis. Caso não seja aprovada o fiscal deverá justificar o motivo da não aprovação;

9.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Referência;

9.4. Atestar na nota fiscal, a efetiva entrega do produto, objeto do presente termo, pelo Diretor das áreas requisitantes da Câmara de Vereadores de Itajaí;

9.5. Efetuar os pagamentos à Contratada;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



- 9.6. Aplicar à contratada, quando for o caso, as penalidades cabíveis e em conformidade com a disciplina da Lei n.º 14.133/2021, e alterações respectivas;

**10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 10.1. Fornecer o objeto deste Termo de Referência, dentro do prazo e condições determinado neste termo.
- 10.2. Atender a todos os prazos e demais exigências previstas na contratação, bem como oferecer pronto e adequado atendimento a quaisquer exigências da fiscalização exercida pela contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados.
- 10.3. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 10.4. Não serão aceitos equipamentos/*softwares* incompatíveis com as especificações deste termo.

**11. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

- 11.1. As despesas decorrentes da execução do Contrato a ser firmado correrão no Exercício 2025 à conta da seguinte classificação orçamentária: 22022.1.31.1.2112.1.3.3.90 – Aplicações Diretas, Código Reduzido: 133.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



**ANEXO I.1 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

- 1.1. O presente documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar a contratação de solução, mensurando riscos, determinando estratégias, fornecendo subsídios para a elaboração de Termo de Referência, bem como, definir plano de sustentação para a solução da demanda.
- 1.2. O estudo aqui apresentado, recai sobre a realização de contratação de empresa visando solução de fornecimento de gênero alimentício para consumo dos servidores e autoridades desta Casa de Leis, no exercício de suas funções, assim como recepcionar os visitantes e comunidade geral.

**2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

- 2.1. A Câmara de Vereadores de Itajaí ainda não possui Plano de Contratação Anual, desta forma, não há previsão para a presente contratação. Contudo, já está elaborando o Plano de Contratação Anual para que essa e outras contratações sejam previstas no próximo exercício financeiro, nos moldes exigidos pela lei.
- 2.2. Até o presente momento as contratações eram previstas diretamente no planejamento contábil/financeiro.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 3.1. Os itens necessários ao atendimento da demanda devem atender aos requisitos mínimos dispostos, de acordo com as exigências do termo de referência em quantidades e prazos estabelecidos, bem como o seguinte:
  - 3.1.1. Em sujeição às regulamentações que tratam sobre a fabricação do gênero alimentício, a aquisição objeto do presente, deve respeitar a Resolução nº 277/05, da ANVISA, Resolução SAA-19/10 SAA/SP (Define norma de padrão de qualidade para café torrado em grãos e torrado moído – características: café tradicional e ponto de torra), bem como a Instrução Normativa nº 08/03 do Ministério da Agricultura.
  - 3.1.2. A empresa contratada deve possuir todas as licenças de autorizações necessárias para operar o negócio, conforme exigido por leis e regulamentos locais e nacionais aplicáveis.
  - 3.1.3. Além dos requisitos de qualidade e sustentabilidade, a proposta da empresa deve apresentar um preço competitivo e justo, considerando o mercado e qualidade do material.
  - 3.1.4. A embalagem deve ter identificação de fácil verificação das especificações aceitas na contratação, bem como serem acondicionadas em embalagens que garantam a sua cabal integridade. A logística deve garantir criteriosos cuidados de transporte, a fim de evitar a necessidade de substituição dos materiais.
  - 3.1.5. A empresa deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos materiais que serão entregues.
- 3.2. A empresa deverá estar devidamente cadastrada no SICAF e possuir a documentação de regularidade fiscal e trabalhista vigente, bem como qualificação técnica.
- 3.3. A contratação observará as orientações e normas voltadas para o desenvolvimento nacional sustentável, com vistas a observar o disposto no inciso IV, do art. 11 da Lei 14.133/21.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



#### 4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 4.1.** A investigação sobre a melhor solução teve o objetivo de identificar as melhores práticas adotadas pelo mercado nas contratações públicas, promovendo inovações fundamentadas no princípio da eficiência e garantindo o uso racional dos recursos públicos.
- 4.2.** Foram analisadas contratações similares feitas por órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, como o objetivo de identificar a existências de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração. Assim, em pesquisa sobre o panorama do mercado, observou-se que, em matéria de soluções para aquisição do gênero alimentício, objeto do presente estudo não se observou maiores variações quanto à sua execução, no que se refere ao papel da empresa a qual se pretende contratar.
- 4.3.** Sendo assim, a aquisição do gênero alimentício objeto do presente se constitui, no cenário atual, em objeto de frequente aquisição por órgãos públicos, em todas as suas esferas. Verifica-se, ainda, a ampla disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento do objeto a ser adquirido, conforme requisitos estabelecidos neste documento.
- 4.4.** Na contratação em análise, não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto que pudessem acarretar a realização de audiência pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício, em face da aquisição ser considerada comum, nos termos do que dispõe o inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.** Desta forma, podemos concluir que a solução proposta no presente é atual, pertinente ao problema apresentado, repetidamente testada e aprovada no âmbito público.

#### 5. DAS QUANTIDADES

- 5.1.** Para fins de definição das quantidades estimadas para atendimento à demanda que apresenta, foram levados em consideração o seguinte:
- 5.1.1.** Necessidade atual para atender necessidade institucional;
- 5.1.2.** Consulta a outros órgãos da Administração com perfil, necessidades ou demandas semelhantes para comparação.
- 5.2.** Diante de todo o exposto, a quantidade que melhor se aplica às peculiaridades de atendimento à atual necessidade desta Casa de Leis, são:

Item	Qtde.	Unidade	Especificação
<b>01</b>	400	Unidade	<p><b>Café Tradicional</b></p> <p>Café torrado e moído, constituído de grãos de café tipo 8 COB (Classificação Oficial Brasileira) ou superiores, com no máximo 20% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e/ou ardidos (PVA) = evitando presença de grãos preto-verdes e fermentados.</p> <p><u>Especificações mínimas:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Tipo de café: 100% arábica;</li> <li>- Aroma: intenso;</li> <li>- Sabor: intenso;</li> <li>- Bebida: dura, isenta de gosto Rio e Rio Zona;</li> </ul>





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Corpo: encorpado;</li> <li>- Moagem: fina;</li> <li>- Torração: clássica (média);</li> <li>- Nota mínima de Qualidade Global de 4,5 na Escala Sensorial;</li> <li>- Não deve conter glúten;</li> <li>- Embalado à <b>alto vácuo</b> em envoltório metalizado (filme laminado), fechamento hermético e acondicionado <b>individualmente em caixa de papelão bem vedada. Cada caixa com peso líquido de 500g.</b></li> <li>- Deverá ter o Selo de Pureza da ABIC, e os licitantes deverão comprová-la com a apresentação do <b>Certificado de Autorização ao Uso do Selo de Pureza ABIC</b> com <u>validade de 06 (seis) meses</u> e <b>Certificado de Qualidade na Categoria Tradicional</b> emitido pela ABIC ou <b>laudo de análise de microscopia do café, com tolerância de no máximo 1% (um por cento) de impurezas, emitido por laboratório credenciado pela ABIC ou pelo Ministério da Saúde/Anvisa</b>, no momento da apresentação da proposta de preços, sob pena de desclassificação, ou fazer indicação de site para consulta/diligência.</li> <li>- O material deverá apresentar <b>validade mínima de 12 (doze) meses, contados da entrega</b> pelo licitante contratado, com registro da data de fabricação e validade estampadas no rótulo da embalagem.</li> <li>- Deverá obedecer às seguintes regulamentações:                         <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Resolução nº 277, de 22/09/2005 da ANVISA;</li> <li>b) Resolução nº SAA-19/10 SSA/SP substitutiva à Resolução SAA-28/07 e SAA-37/01 (que define Norma de Padrões de Qualidade para Café Torrado em Grãos e Torrado Moído – Características: Café tradicional e Ponto de Torra);</li> <li>c) Instrução Normativa nº 08/03 do Ministério da Agricultura.</li> </ul> </li> </ul>
--	--	--	--

5.3. As quantidades são razoáveis e compatíveis com a realidade da Câmara de Vereadores de Itajaí, considerando que foram utilizados como parâmetro de orientação os temas comuns ao ambiente institucional.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A contratação objeto do presente tem como natureza a aquisição de bem comum, entendido como aquele cujo padrão de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme o que dispõe o inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.

6.2. Assim, por meio de pesquisa de mercado em sites especializados, foram identificados especificações técnicas alinhadas às necessidades descritas no presente documento, o que permitiu relacionar aquelas consideradas essenciais para o alcance dos objetivos.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

7.1. As pesquisas de preços realizadas conforme o disposto no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, serão essenciais para o cálculo da média dos preços que serão utilizados como preço máximo admitido para a contratação.

7.2. O custo estimado da contratação, considerando a demanda apresentada no presente instrumento, é de **R\$ 11.196,00 (onze mil cento e noventa e seis reais)**, e encontra-se



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



pormenorizada em planilha demonstrativa de preços unitários e totais acostada nos autos do processo.

Item	Qtde.	Unidade	Especificação	Valor unitário R\$	Valor total R\$
01	400	Unidade	<b>Café Tradicional</b> Café torrado e moído, constituído de grãos de café tipo 8 COB (Classificação Oficial Brasileira) ou superiores, com no máximo 20% em peso de grãos com defeitos pretos, verdes e/ou ardidos (PVA) = evitando presença de grãos preto-verdes e fermentados.	R\$ 27,99	R\$ 11.196,00

7.3. A pesquisa de preços foi realizada utilizando-se como parâmetro, os incisos I, II, III e IV do §1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, para obtenção do preço de referência.

7.4. Na pesquisa de preços foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local das respectivas unidades, incluindo prazos e locais de entrega, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso, o qual se fez observar a inexistência de variações significativas dos preços finais.

#### 8. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

8.1. Considerando a natureza do objeto e que a necessidade institucional prevê a contratação de apenas um item, a solução possui caráter indivisível, não cabendo, portanto, a previsão de parcelamento do objeto.

#### 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

9.1. Com a aquisição busca-se alcançar resultados significativos na prestação dos serviços administrativos e na prestação de serviços direto a comunidade Itajaíense.

9.2. Assim, a Câmara poderá cumprir com seu dever insitucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

#### 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. A presente contratação requer por parte da área requisitante o gerenciamento do contrato resultante do processamento do presente, assim como acompanhamento na execução contratual através de profissional qualificado para analisar, julgar e receber os equipamentos solicitados, de forma a verificar se todas as especificações técnicas e exigências foram cumpridas.

10.2. Demais providências a serem adotadas no processo licitatório estão descritas nos documentos norteadores da referida contratação e legislação correlata.

#### 11. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

11.1. A solução encontrada, conforme já tratado nas seções anteriores, apresenta-se como a mais viável, para atender a demanda originária devido a solicitação de rescisão do Contrato nº



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**Câmara de Vereadores de Itajaí**  
 Secretaria de Administração e Finanças



16/2024 pelo representante legal da empresa NAKA EXPRESS LTDA., inscrita no CNPJ nº 51.412.036/0001-13, resultante do Processo Licitatório nº 05/2024, Pregão Eletrônico nº 04/2024, cuja execução previa a entrega de 2.000 (duas mil) unidades de café, para o período de 12 (doze) meses.

11.2. Desta forma, é necessária a aquisição para suprir necessidade relativa a 90 (noventa) dias, tempo suficiente para processamento de nova licitação, através de Registro de Preços, visando garantir o pronto atendimento das necessidades decorrentes dos serviços administrativos da Câmara de Vereadores de Itajaí.

## **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES**

12.1. Não há contratações que guardam relação/afinidade com o objeto da presente contratação.

## **13. IMPACTOS AMBIENTAIS**

**13.1.** Impactos ambientais são as alterações causadas pelas ações humanas, podendo ser classificadas como positivas ou negativas. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias para o meio ambiente.

**13.2.** Com o presente estudo, conclui-se que não foram identificados impactos ambientais significativos para a contratação, porém deverão ser observadas as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental durante a execução do contrato.

## **14. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

14.1. Diante das justificativas expostas no presente estudo, verifica-se a necessidade da contratação do objeto, não havendo inviabilidade técnica, legal ou de natureza institucional para a contratação pretendida.